

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2012



Município de Leoberto Leal

Data de Fundação – 12/12/1962

População: 3.309 habitantes (IBGE - 2012)

PIB: 62,93 (em milhões)
(IBGE - 2010)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL	4
1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2366/2013).....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	6
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	8
3.1. Apuração do resultado orçamentário	8
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	9
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	10
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	17
4.1. Situação Patrimonial	18
4.2. Análise do resultado financeiro	18
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	19
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	23
5.1. Saúde	23
5.2. Ensino	25
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	25
5.2.2. FUNDEB.....	27
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	30
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	30
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	31
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	32
6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	34
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	36
8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF.....	39
9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012.....	43
CONCLUSÃO	44
ANEXO	46
APÊNDICE.....	47

PROCESSO	PCP 13/00334646
UNIDADE	Município de Leoberto Leal
RESPONSÁVEL	Sr. Tatiane Dutra Alves da Cunha - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2012 - Reinstrução
RELATÓRIO N°	4816/2013

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Leoberto Leal, relativas ao exercício de 2012.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2012 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Leoberto Leal, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 08/11/2013.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de

forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

1.1. MANIFESTAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL

Procedido o exame das contas do exercício de 2012 do Município, foi emitido o Relatório nº **2366/2013**, integrante do Processo **PCP 13/00334646**.

Referido Processo foi tramitado ao Exmo. Conselheiro Relator, que autorizou à DMU efetuar à abertura de prazo para manifestação do Responsável à época, Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha - Prefeita Municipal, sobre a restrição contida no Relatório nº **2366/2013**, em observância ao disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, o que foi efetuado através do Ofício TCE/DMU nº 15.680/2013, de 07/10/2013.

Conforme solicitação do Exmo. Conselheiro Relator, o Prefeito Municipal, pelo Ofício s/nº de 30/10/2013, apresentou alegações de defesa (assim como remeteu documentos) sobre a restrição contida no aludido Relatório, estando anexadas às folhas 218 a 244 dos autos.

Assim, retornaram os autos a esta Diretoria para a devida reinstrução.

1.2. RESTRIÇÕES APURADAS NA ANÁLISE PRELIMINAR (RELATÓRIO Nº 2366/2013)

1.2.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.2.1.1 Obrigações de despesas liquidadas até 31 de dezembro de 2012 contraídas pelo Poder Executivo sem a correspondente disponibilidade de caixa de RECURSOS ORDINÁRIOS e RECURSOS VINCULADOS para o pagamento das obrigações, deixando a descoberto DESPESAS ORDINÁRIAS no montante de **R\$ 28.620,05** e DESPESAS VINCULADAS à Fonte de Recursos FR 63, no montante de **R\$ 2.122,00**, evidenciando o descumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

(Relatório nº 2366/2013, de Prestação de Contas do Prefeito, Análise Preliminar)

Manifestação da Unidade:

A manifestação da Unidade encontra-se nas fls. 218 a 220 dos autos.

Considerações da Análise Técnica:

O Responsável alega inconsistência no sistema, a qual deve ter ocorrido, quando da remessa das informações via e-Sfinge para o Tribunal, pois os seus registros apresenta cumprimento ao art. 42 da LRF.

Primeiramente ressalta-se que para a disponibilidade de caixa bruta foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas Financeiras do Ativo Financeiro (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras). Todavia, em razão da inexistência de conta corrente para as Destinações por Fontes de Recursos citadas contas em 2012, a instrução utilizou a informação dos saldos iniciais do balancete do primeiro bimestre de 2013, os quais foram devidamente ratificados, assinados e encaminhados via Sistema e-Sfinge. Além do que, pela ciência contábil o saldo final de um exercício deve ser igual ao inicial do exercício seguinte.

Neste sentido, considerando que o Responsável alega que há inconsistências nos saldos iniciais do balancete do Razão de 2013, conforme documentos acostados aos autos, e ainda, considerando que o controle da Disponibilidade por especificação das fontes de recursos devem ser realizados simultaneamente nos Sistemas Compensado e Financeiro, refaz-se, nesta oportunidade, os cálculos conforme demonstrado no capítulo 8 e apêndice, deste Relatório, tendo como base as informações do Sistema Compensado.

Com o novo cálculo, verificou-se o cumprimento do disposto no art. 42 da LRF, sanando-se a presente restrição.

À luz das ponderações de ordem técnica referentes às justificativas apresentadas pelo responsável, por ventura do cumprimento das disposições contidas no art. 52 da Lei Complementar nº 202/2000 e art. 57, § 3º do Regimento Interno, conforme consta do item 1.2, as contas relativas ao exercício de 2012 passam a apresentar os seguintes dados:

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Até 1917 a região onde se localiza Leoberto Leal era de mata Virgem, habitada por índios que pejorativamente eram chamados pelos homens brancos de “bugres”, pertencentes à tribo Xokleng e Kaingang, sendo também chamados de botocudos devido ao enfeite labial que os adultos do sexo masculino usavam. Nesta época, os caçadores Rodolfo Endersen e Antônio França “Tonico”, deram ao local o nome de “Vargedo”, pois parecia ser uma grande vargem. Neste mesmo ano Rodolfo Endersen, construiu para sua residência o primeiro rancho em frente, onde hoje, se encontra a igreja evangélica do Alto Vargedo. Rodolfo era natural de Santa Tereza, hoje Catuira, distrito de Alfredo Wagner e Tonico natural de Angelina, município de São José. Por volta de 1918, atraídos por notícias que o lugar possuía ótimas terras para a agricultura, chegaram mais algumas famílias, oriundas de Angelina e Santo Amaro da Imperatriz, as quais se instalaram a uns 2 km ao norte do Vargedo, deram o nome ao local de Barra do Rio Antinha. No decorrer dos anos vieram mais famílias, descendentes de alemães, italianos, portugueses, poloneses, tornando assim o Vargedo uma área de colonização. A comunidade do Vargedo cresceu rapidamente. Em 17/04/1932 o Sr. José Battisti Archer, Prefeito de Nova Trento, elevou Vargedo a categoria de distrito e em 12/12/1962 o distrito é elevado a município, através da lei estadual nº 856, recebendo então o nome de Leoberto Leal, em homenagem ao Deputado Federal falecido tragicamente em um acidente de avião. Ele era muito amigo do distrito de Vargedo, sendo o primeiro Deputado Federal que mesmo com sacrifício das estradas, visitava esta comunidade. Inicialmente Leoberto Leal teve um prefeito provisório, Bertino Lourenço Silva. A eleição para o primeiro prefeito só foi realizada em 03/10/63, sendo eleito o Sr. Norberto João Vieira, o qual não conseguiu tomar posse, pois o Prefeito antecessor negou-se a entregar a chave da cidade, sendo necessário a interferência do Sr. Juiz de Direito da Comarca de Tijucas, acontecendo então a posse no dia 02/12/63.

O Município de Leoberto Leal tem uma população estimada em 3.309² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,69³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 62.933.607,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 18.702,41, considerando uma população estimada em 2010 de 3.365 habitantes.

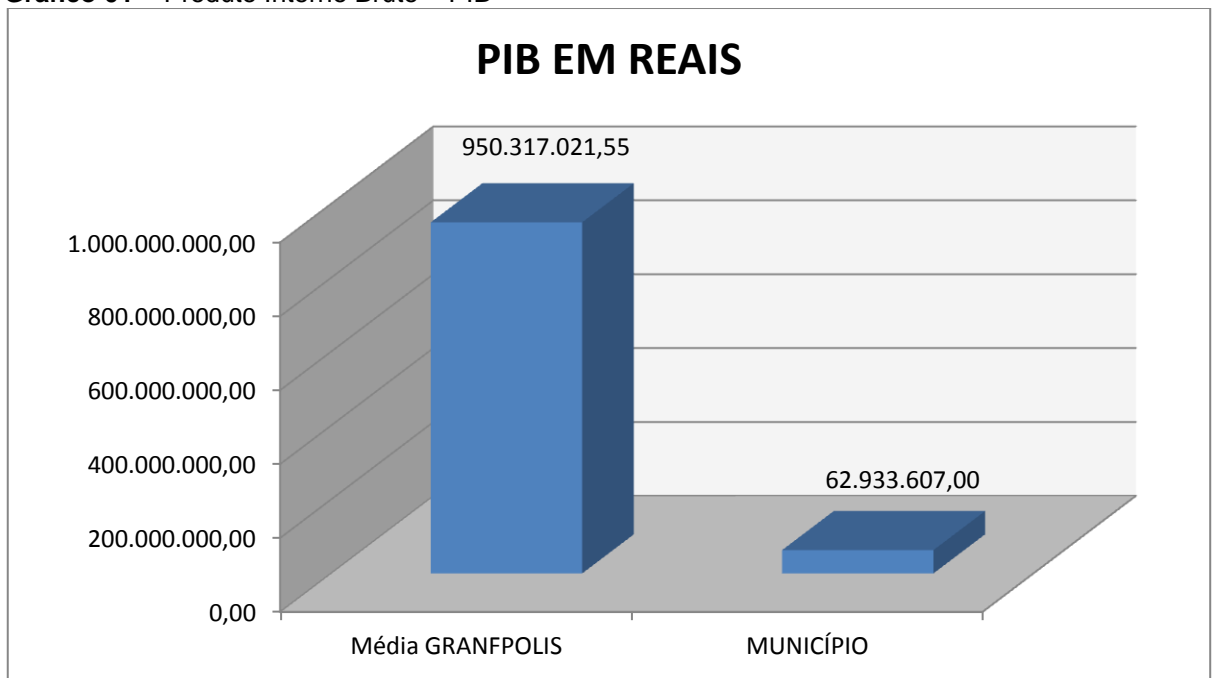
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2012

³ PNUD - 2010

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2010

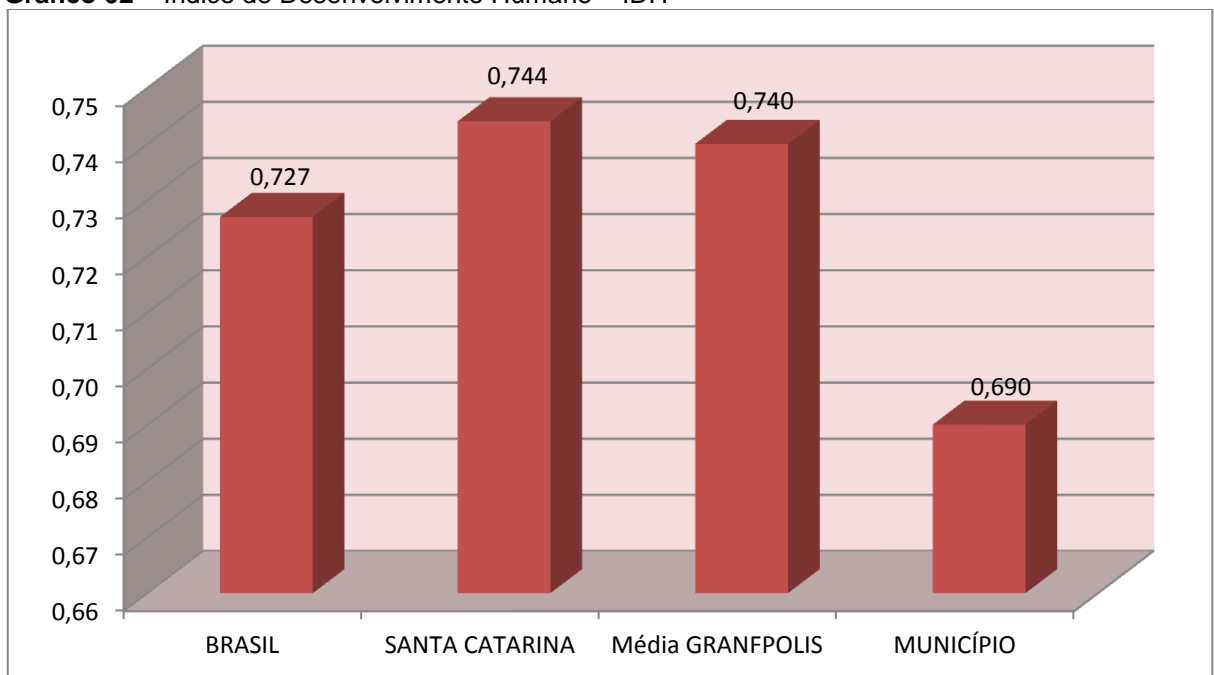
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Leoberto Leal encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	13.519.320,00
PPA	655/2009	10/07/2009		
LDO	836/2011	27/09/2011	DESPESA FIXADA	13.519.320,00
LOA	858/2011	27/09/2011		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 1.100.933,71**, correspondendo a **8,58%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 1.100.933,71, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 282.185,31 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 1.383.119,02.

Excluindo o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor, o Município apresentou Déficit de R\$ 326.924,23.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 689.335,22), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2012

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	13.519.320,00	12.824.272,52	94,86
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	15.779.399,61	11.723.338,81	74,30
Superávit de Execução Orçamentária		1.100.933,71	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	Déficit excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor
RECEITA	12.824.272,52	1.943.042,81	10.881.229,71
DESPESA	11.723.338,81	515.184,87	11.208.153,94
Resultado de Execução Orçamentária	1.100.933,71	1.427.857,94	326.924,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência, no valor de R\$ 67,62, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 259.042,45) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 326.924,23), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 67.949,40, refere-se a decréscimos patrimoniais.

Obs.: A receita no montante de R\$ 1.943.042,81, assim como a despesa no montante de R\$ 515.184,87, consideradas as Transferências Financeiras, se referem exclusivamente ao RPPS.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Leoberto Leal nos últimos 5 anos:

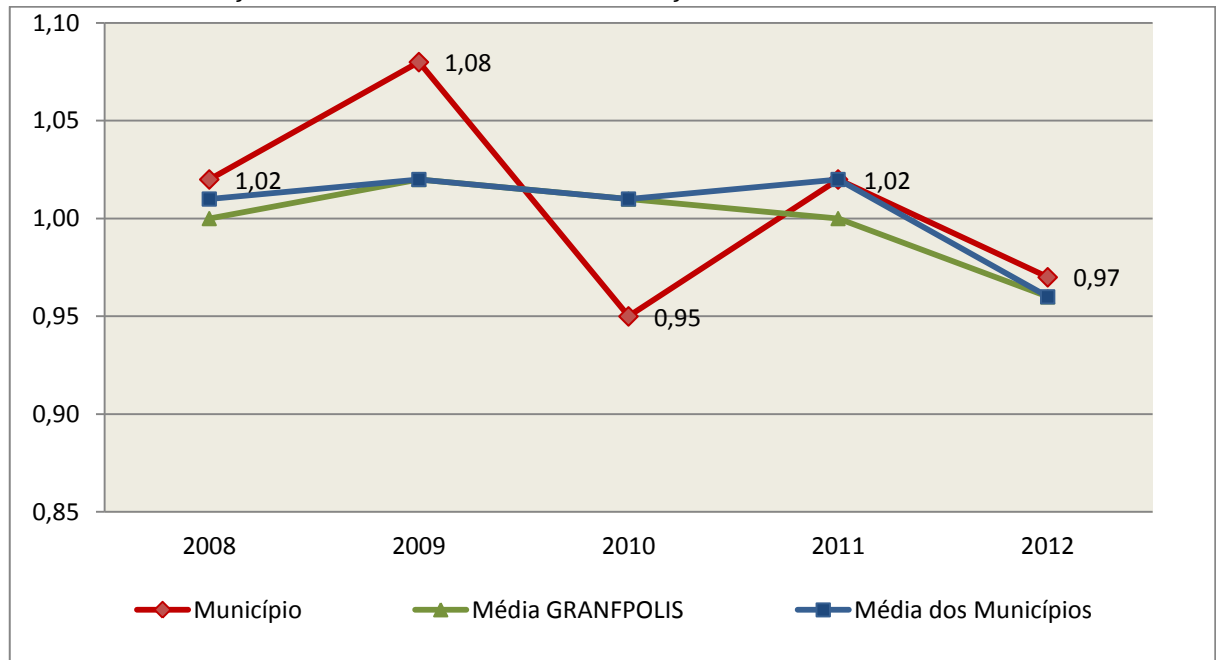
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído RPPS – 2008-2012

ITENS / ANO	2008	2009	2010	2011	2012
1 Receita realizada	6.663.691,62	7.824.410,71	7.518.798,88	9.407.179,38	10.881.229,71
2 Despesa executada	6.556.749,16	7.242.159,12	7.877.363,24	9.252.842,00	11.208.153,94
QUOCIENTE	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,02	1,08	0,95	1,02	0,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 12.824.272,52**, equivalendo a **94,86%** da receita orçada.

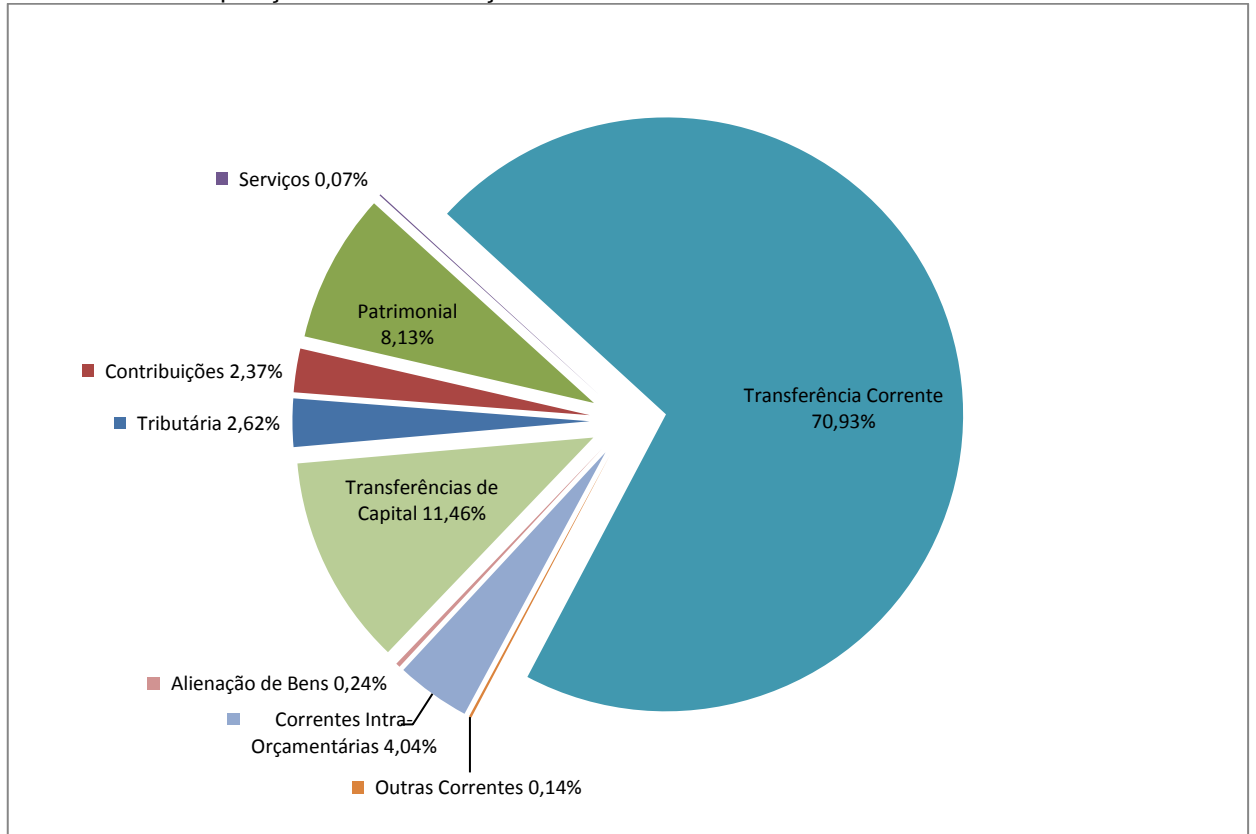
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2012

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	311.000,00	335.789,04	107,97
Receita de Contribuições	347.000,00	304.303,73	87,70
Receita Patrimonial	583.320,00	1.042.646,59	178,74
Receita Agropecuária	2.000,00	-	-
Receita de Serviços	8.000,00	9.086,00	113,58
Transferências Correntes	8.816.800,00	9.096.040,32	103,17
Outras Receitas Correntes	21.200,00	17.706,19	83,52
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	530.000,00	518.623,59	97,85
RECEITA CORRENTE	10.619.320,00	11.324.195,46	106,64
Operações de Crédito	160.000,00	-	-
Alienação de Bens	40.000,00	30.300,00	75,75
Transferências de Capital	2.700.000,00	1.469.777,06	54,44
RECEITA DE CAPITAL	2.900.000,00	1.500.077,06	51,73
TOTAL DA RECEITA	13.519.320,00	12.824.272,52	94,86

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2012

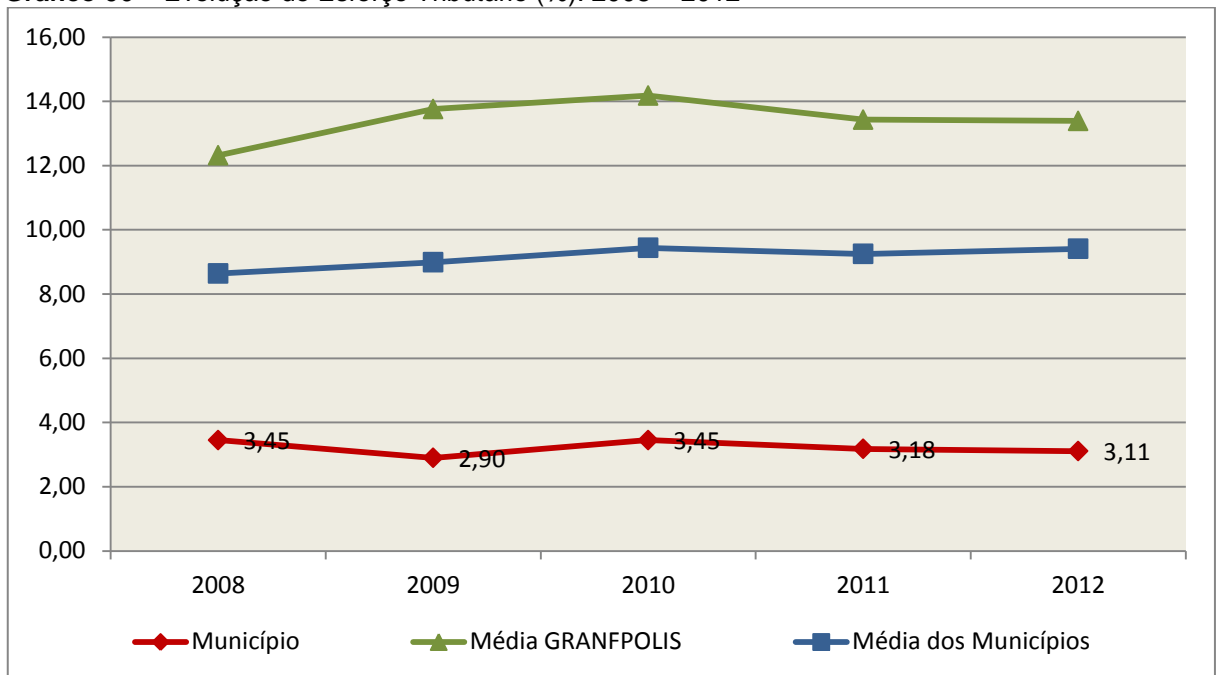


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **70,93%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2008 – 2012

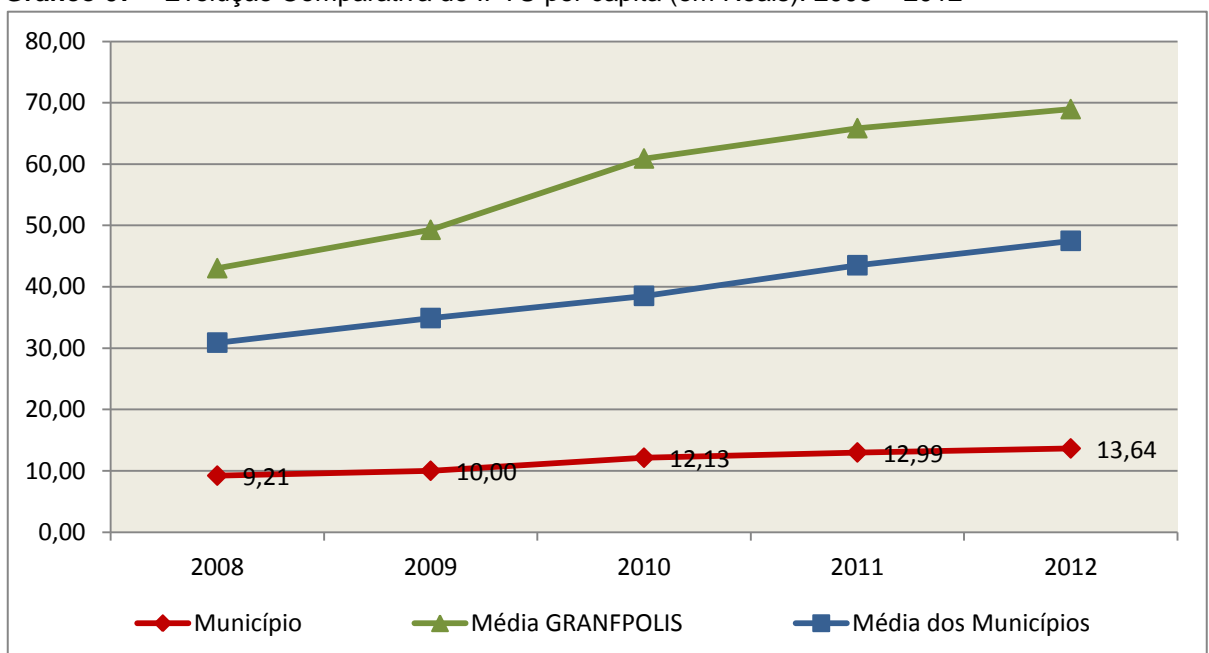


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

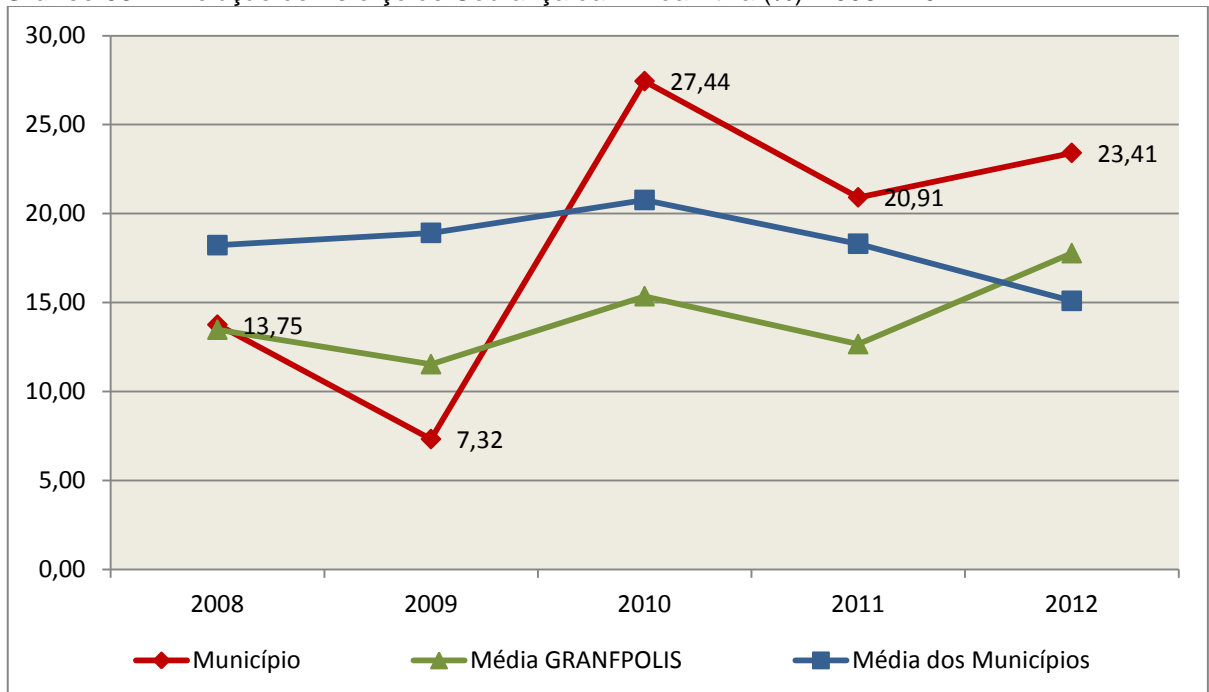
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2012

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
48.831,13	15.966,48	0,00	0,00	11.433,60	0,00	53.364,01

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2012

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	534.000,00	534.000,00	100,00
04-Administração	1.223.839,94	1.185.168,22	96,84
08-Assistência Social	804.654,71	694.651,68	86,33
09-Previdência Social	562.000,00	515.184,87	91,67

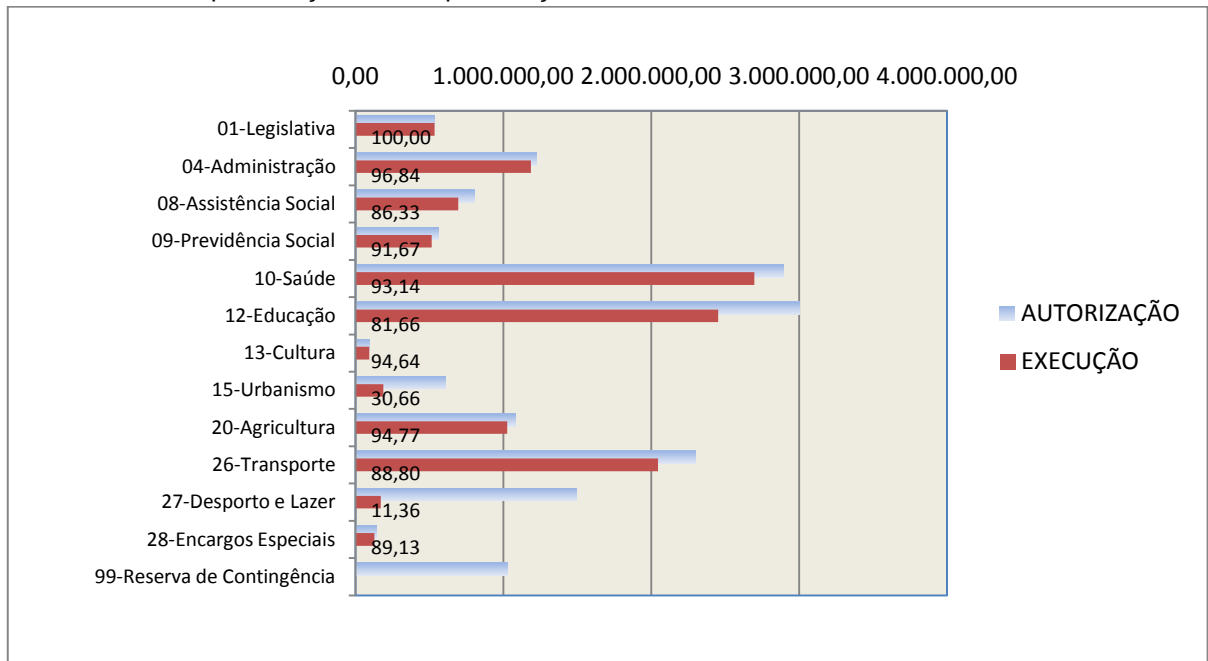
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
10-Saúde	2.894.407,98	2.695.797,57	93,14
12-Educação	3.003.191,84	2.452.463,08	81,66
13-Cultura	98.006,00	92.754,43	94,64
15-Urbanismo	610.879,90	187.268,17	30,66
20-Agricultura	1.081.338,65	1.024.792,97	94,77
26-Transporte	2.301.780,59	2.044.045,95	88,80
27-Desporto e Lazer	1.494.250,00	169.712,76	11,36
28-Encargos Especiais	143.050,00	127.499,11	89,13
99-Reserva de Contingência	1.028.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	15.779.399,61	11.723.338,81	74,30

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2012



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2008 – 2012

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2008	2009	2010	2011	2012
01-Legislativa	371.673,75	379.642,80	436.099,52	461.988,62	534.000,00
04-Administração	908.033,69	967.783,54	1.070.050,45	1.114.428,80	1.185.168,22
08-Assistência Social	129.343,74	240.677,96	195.615,40	289.242,17	694.651,68
09-Previdência Social	289.787,34	350.145,20	385.670,95	465.490,87	515.184,87
10-Saúde	1.563.800,96	1.631.756,87	2.046.509,06	2.176.864,49	2.695.797,57
12-Educação	1.504.862,86	1.654.413,66	1.865.210,10	2.456.427,78	2.452.463,08
13-Cultura	-	-	46.199,23	102.300,13	92.754,43
15-Urbanismo	191.548,10	156.214,38	73.318,57	120.730,97	187.268,17
17-Saneamento	10.737,70	-	31.300,70	71.179,90	-
20-Agricultura	448.754,51	630.315,00	497.363,36	774.573,42	1.024.792,97
26-Transporte	1.028.450,02	1.408.242,79	1.506.123,02	1.556.271,02	2.044.045,95
27-Desporto e Lazer	57.285,87	91.777,44	32.696,95	32.976,53	169.712,76
28-Encargos Especiais	250.239,74	81.334,68	76.876,88	95.858,17	127.499,11
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	6.754.518,28	7.592.304,32	8.263.034,19	9.718.332,87	11.723.338,81

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2012

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	45.140,84	0,55
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	69.415,26	0,84
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	151.006,80	1,83
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	27.172,48	0,33
Cota do ICMS	2.547.771,77	30,91
Cota-Parte do IPVA	197.062,27	2,39
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	37.017,56	0,45
Cota-Parte do FPM	5.136.670,93	62,33
Cota do ITR	8.377,58	0,10
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	13.019,10	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	5.895,59	0,07

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	3.192,24	0,04
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.241.742,42	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2012

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	12.349.996,01
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.544.424,14
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	259.316,52
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.546.255,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Leoberto Leal (em Reais): 2011 – 2012

ATIVO	2011	2012	PASSIVO	2011	2012
Financeiro	6.396.511,73	7.367.033,31	Financeiro	566.678,07	367.032,52
Disponível	6.382.454,51	7.367.033,31	Depósitos	852,58	7.485,46
Bancos Conta Movimento	263.772,99	159.747,39	Consignações	852,58	-
Bancos Conta Vinculada	892.666,40	616.655,04	Depósitos de Diversas Origens	-	7.485,46
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	86.412,78	79.818,84	Restos a Pagar	565.825,49	359.547,06
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	1.004,11	-	Obrigações a Pagar	565.825,49	359.547,06
Investimentos do RPPS	5.180.166,90	6.550.905,15			
(-) Provisão para Perdas em Investimentos do RPPS	41.568,67	40.093,11			
Realizável	14.057,22	-			
Créditos a Receber	14.057,22	-			
Permanente	6.614.942,07	8.965.800,86	Permanente	4.756.022,64	4.756.022,64
Créditos	68.818,85	51.775,94	Diversos	4.756.022,64	4.756.022,64
Devedores - Entidades e Agentes	19.846,79	2.803,88	Provisões Matemáticas Previdenciárias	4.756.022,64	4.756.022,64
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	48.972,06	48.972,06	DIVERSAS PROVISÕES	0,00	0,00
Dívida Ativa	48.831,13	53.364,01	Valores Pendentes a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	4.143,98	20.638,04			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	44.687,15	32.725,97			
Imobilizado	6.497.292,09	8.860.660,91	PASSIVO REAL	5.322.700,71	5.123.055,16
Bens Móveis e Imóveis	6.497.292,09	8.860.660,91	SALDO PATRIMONIAL	7.688.753,09	11.209.779,01
Bens Imóveis	2.411.359,80	3.829.449,46	Ativo Real Líquido	7.688.753,09	11.209.779,01
Bens Móveis	4.085.932,29	5.031.211,45			
ATIVO REAL	13.011.453,80	16.332.834,17	TOTAL	13.011.453,80	16.332.834,17
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00			
TOTAL	13.011.453,80	16.332.834,17			

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 430.292,77** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,46** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 259.042,45** passando de um Superávit de **R\$ 689.335,22** para um Superávit de **R\$ 430.292,77**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 240.479,43**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2011 - 2012

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	6.396.511,73	7.367.033,31	970.521,58
Passivo Financeiro	566.678,07	367.032,52	-199.645,55
Saldo Patrimonial Financeiro	5.829.833,66	7.000.000,79	1.170.167,13
Ativo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	5.140.498,44	6.572.149,73	1.431.651,29
Passivo Financeiro do RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	0,00	2.441,71	2.441,71
Saldo Patrimonial Financeiro s/ RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	689.335,22	430.292,77	-259.042,45

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: O Ativo Financeiro no montante de R\$ 6.572.149,73, assim como o Passivo Financeiro no montante de R\$ 2.441,71, se referem exclusivamente ao RPPS.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2008 – 2012

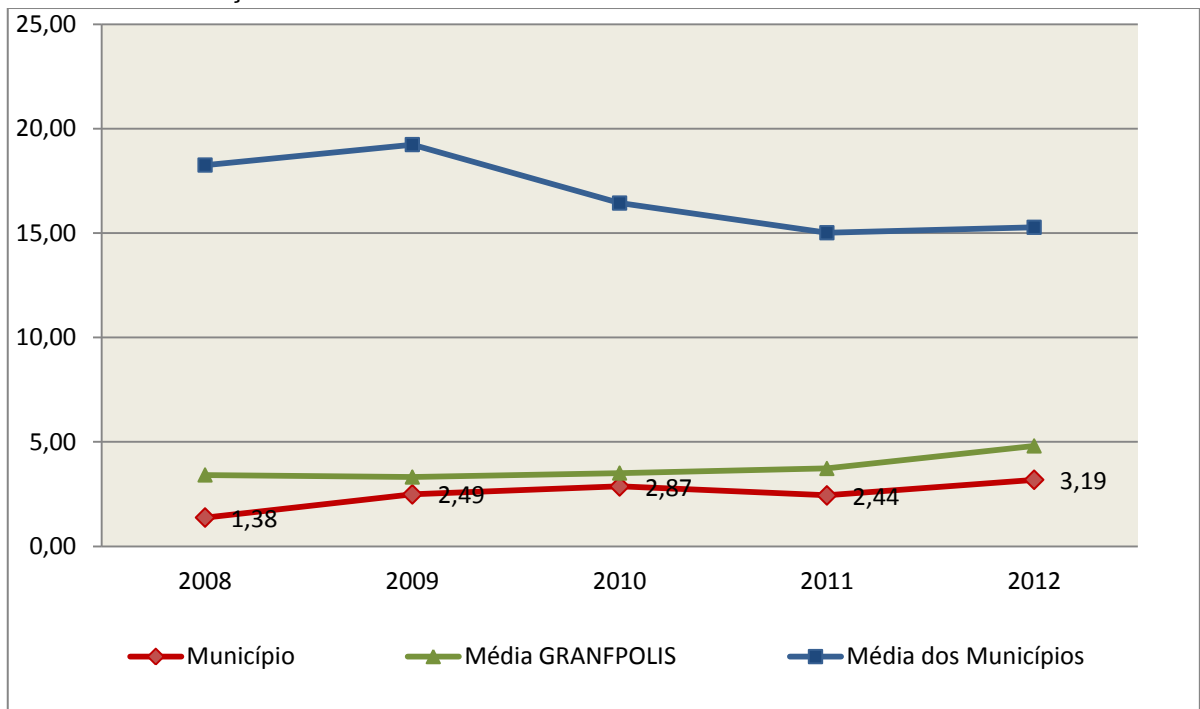
ITENS / ANO	2008	2009	2010	2011	2012
1 Despesa Executada	6.754.518,28	7.592.304,32	8.263.034,19	9.718.332,87	11.723.338,81
2 Restos a Pagar	96.972,67	362.161,29	269.560,09	565.825,49	359.547,06
3 Ativo Financeiro Ajustado - Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	383.654,23	1.270.538,13	807.824,09	1.256.013,29	794.883,58
4 Passivo Financeiro Ajustado – Excluído RPPS e/ou Fundo/Fundação/Autarquia de Assistência ao Servidor	97.416,01	399.077,51	283.009,73	566.678,07	364.590,81
5 Ativo Real	7.775.190,25	9.614.806,65	10.754.826,04	13.011.453,80	16.332.834,17
6 Passivo Real	5.624.085,43	3.867.768,26	3.752.610,05	5.322.700,71	5.123.055,16
QUOCIENTES	2008	2009	2010	2011	2012
Resultado Patrimonial (5÷6)	1,38	2,49	2,87	2,44	3,19
Situação Financeira (3÷4)	3,94	3,18	2,85	2,22	2,18
Restos a Pagar (2÷1)*100	1,44	4,77	3,26	5,82	3,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2008 – 2012



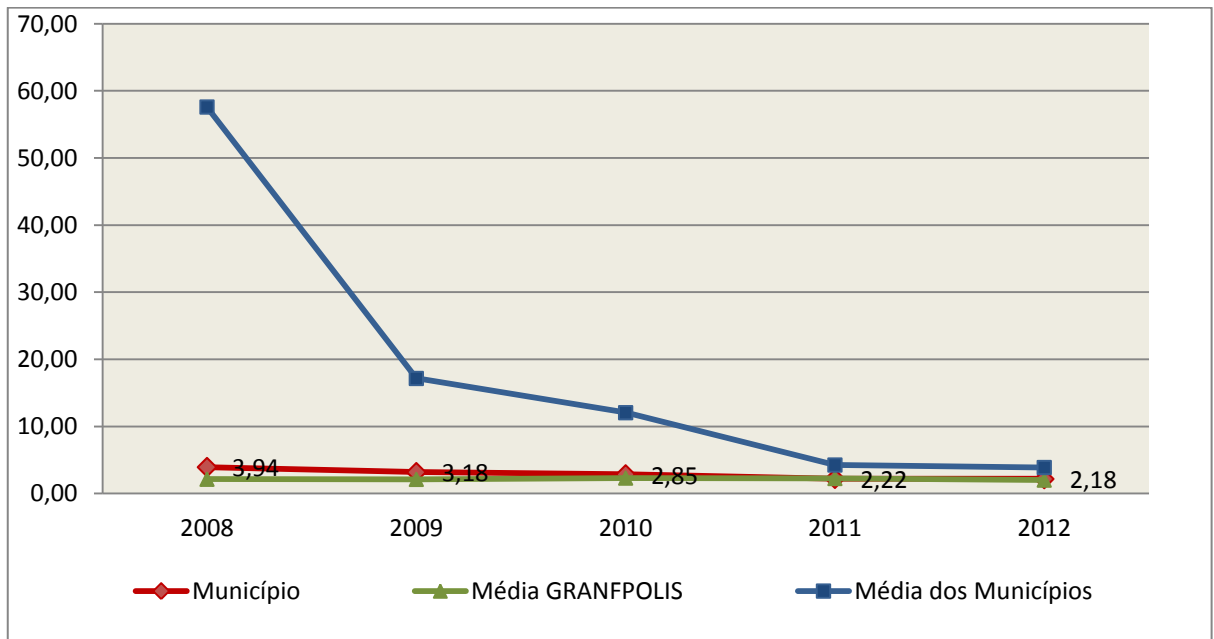
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2012 o Ativo Real apresenta-se **3,19** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

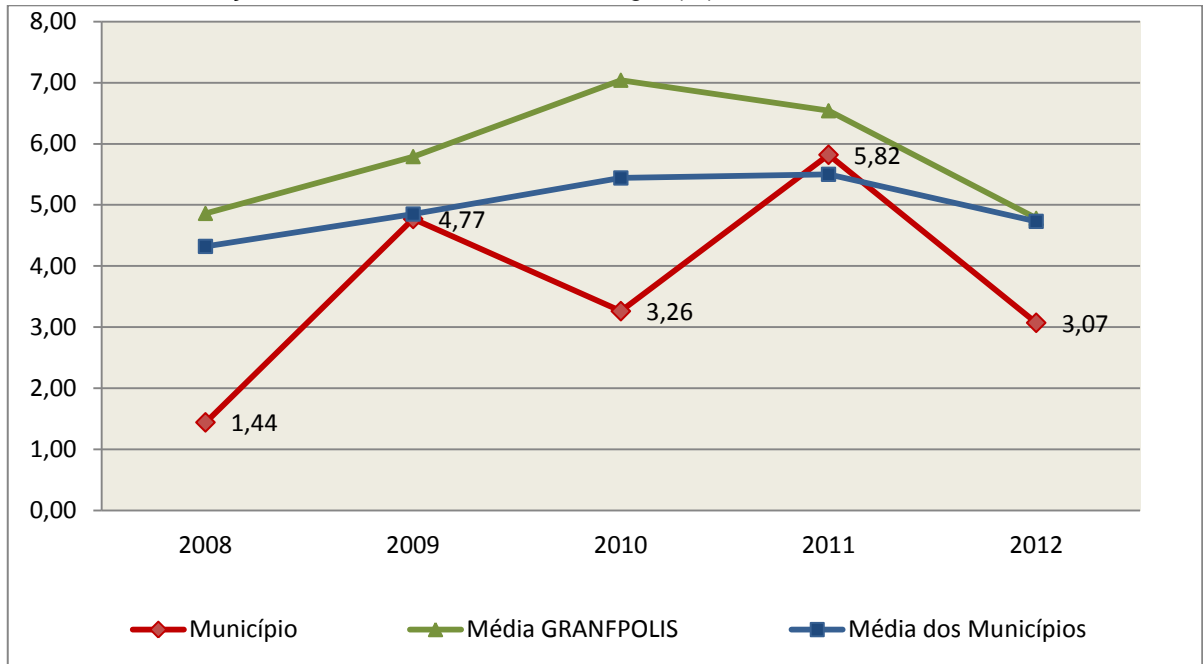
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2012 o Ativo Financeiro representa **2,18** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Leoberto Leal é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **3,07%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2012 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.829.060,42** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **22,19%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 592.799,06**, representando **7,19%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2012

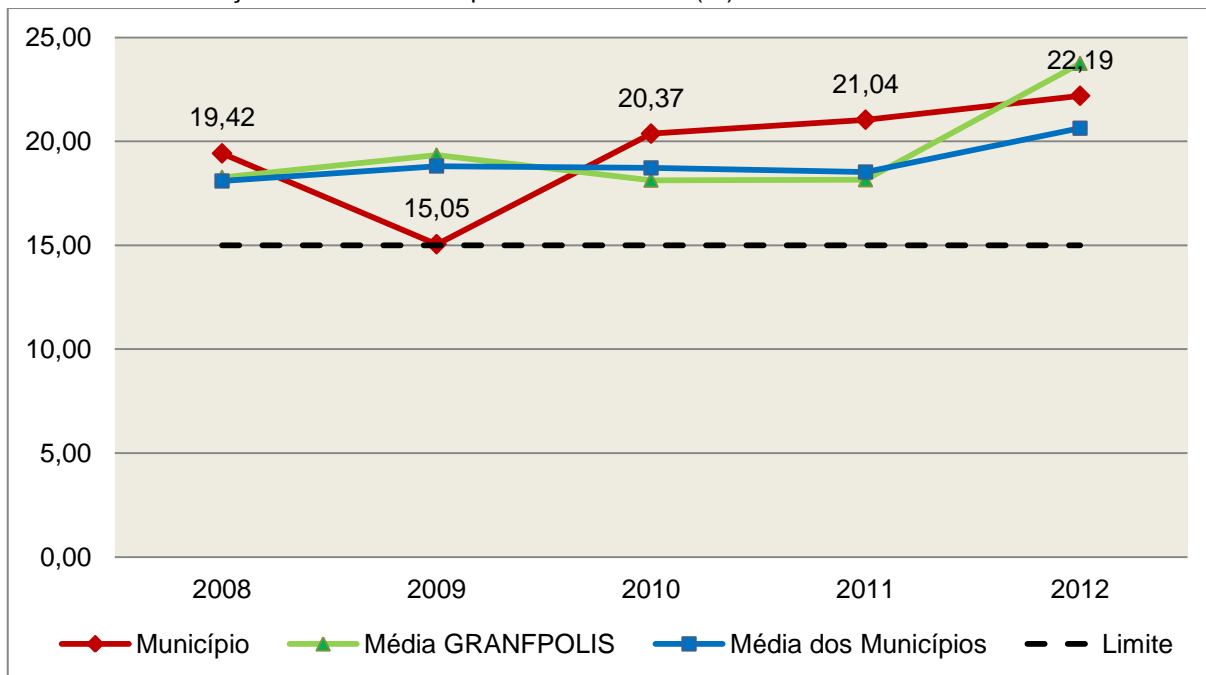
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.241.742,42	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.695.797,57	32,71
Atenção Básica	2.693.209,88	32,68
Vigilância Sanitária	2.587,69	0,03
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	866.737,15	10,52
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.829.060,42	22,19
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.236.261,36	15,00
Valor Acima do Limite	592.799,06	7,19

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Leoberto Leal em 2012 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2012) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.239.699,36** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **27,18%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 179.263,75**, representando **2,18%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2012

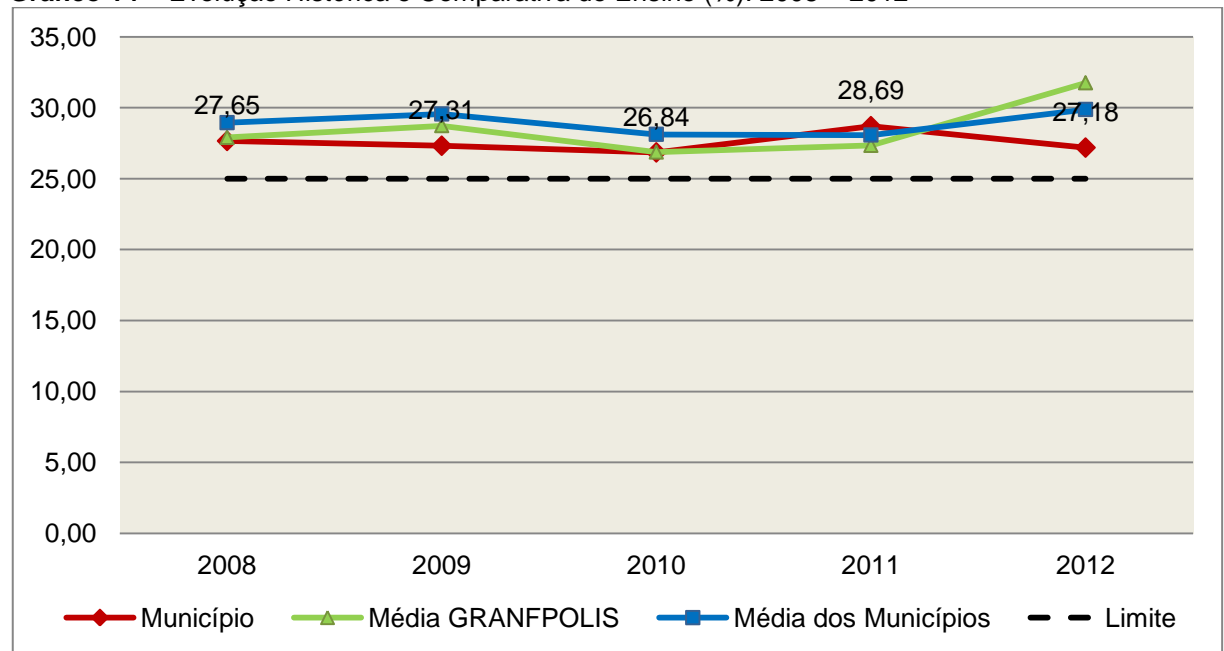
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.241.742,42	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	465.870,24	5,65
Educação Infantil	465.870,24	5,65
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.881.844,41	22,83
Ensino Fundamental	1.881.844,41	22,83
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	701.437,46	8,51
(+) Perda com FUNDEB	597.338,11	7,25
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.915,94	0,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.239.699,36	27,18
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.060.435,61	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	179.263,75	2,18

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Leoberto Leal em 2012 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 739.891,64**, equivalendo a **77,80%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

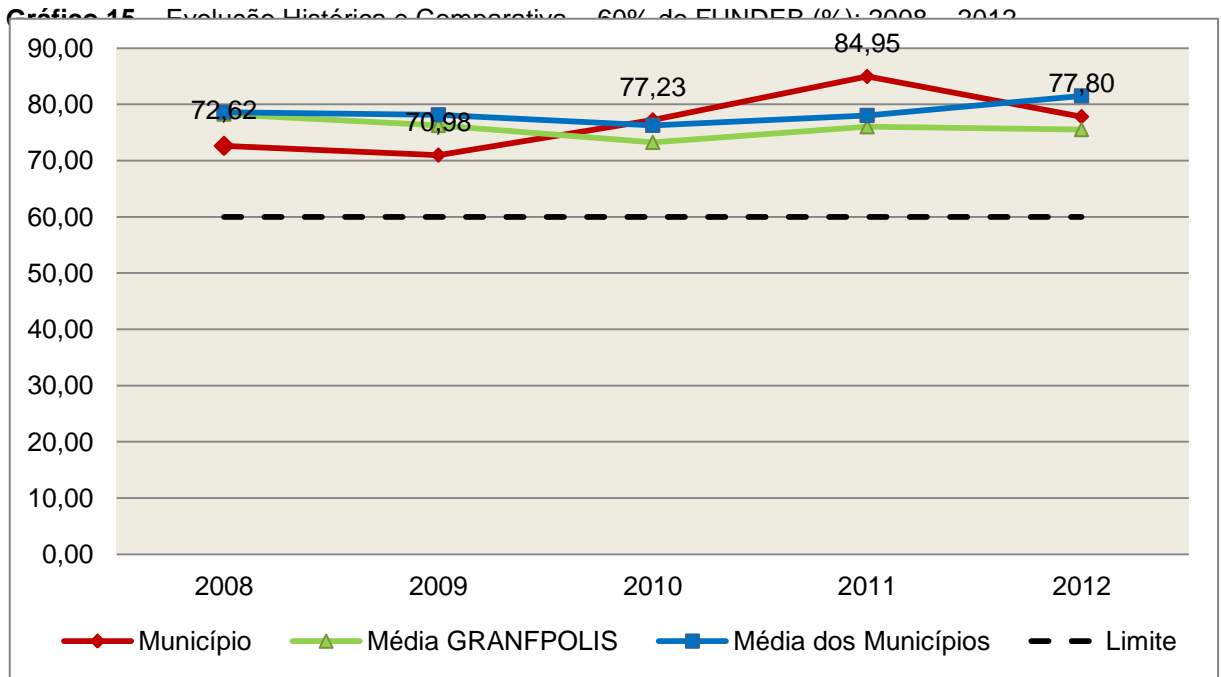
A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2012

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	947.086,03
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	3.915,94
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	951.001,97
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	570.601,18
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	739.891,64
Valor Acima do Limite	169.290,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 921.802,72**, equivalendo a **96,93%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2012

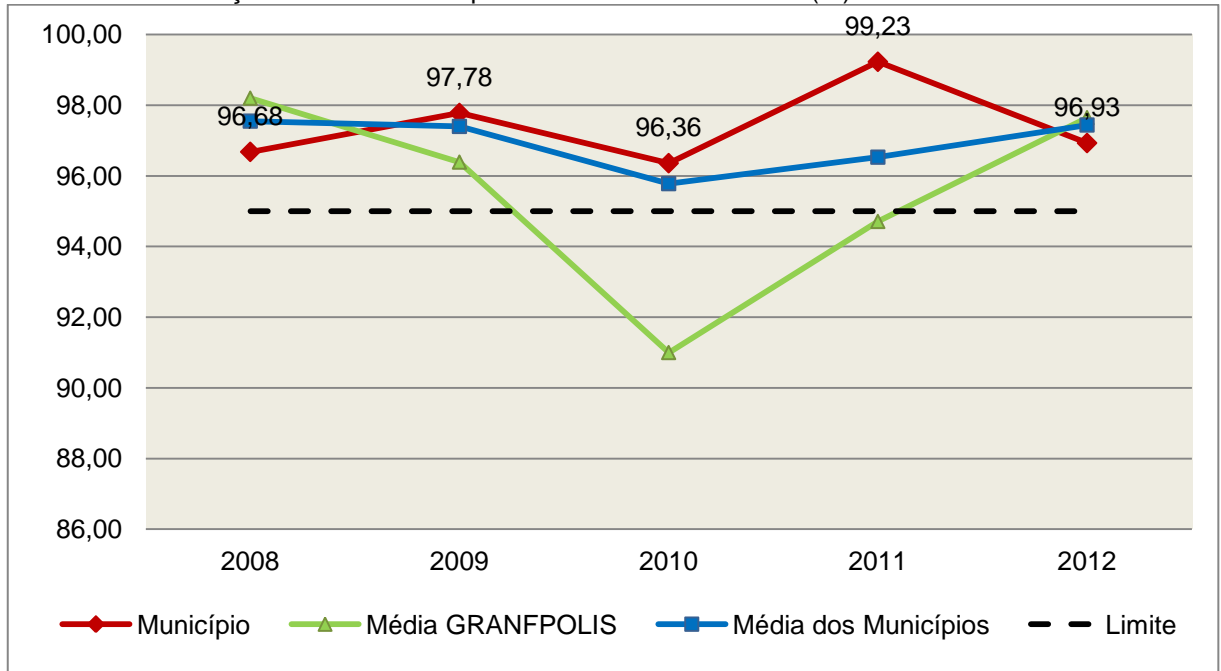
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	951.001,97
95% dos Recursos do FUNDEB	903.451,87
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	921.802,72
Valor Acima do Limite	18.350,85

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução orçamentária (despesas empenhadas, liquidadas e pagas e os restos a pagar inscritos no exercício com disponibilidade financeira, considerando-se ainda as possíveis exclusões relativas às despesas impróprias, entre outras).

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Leoberto Leal reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional, integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 6.198,30, CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2012: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2012	29.303,21
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	103,96
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	29.199,25

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2012

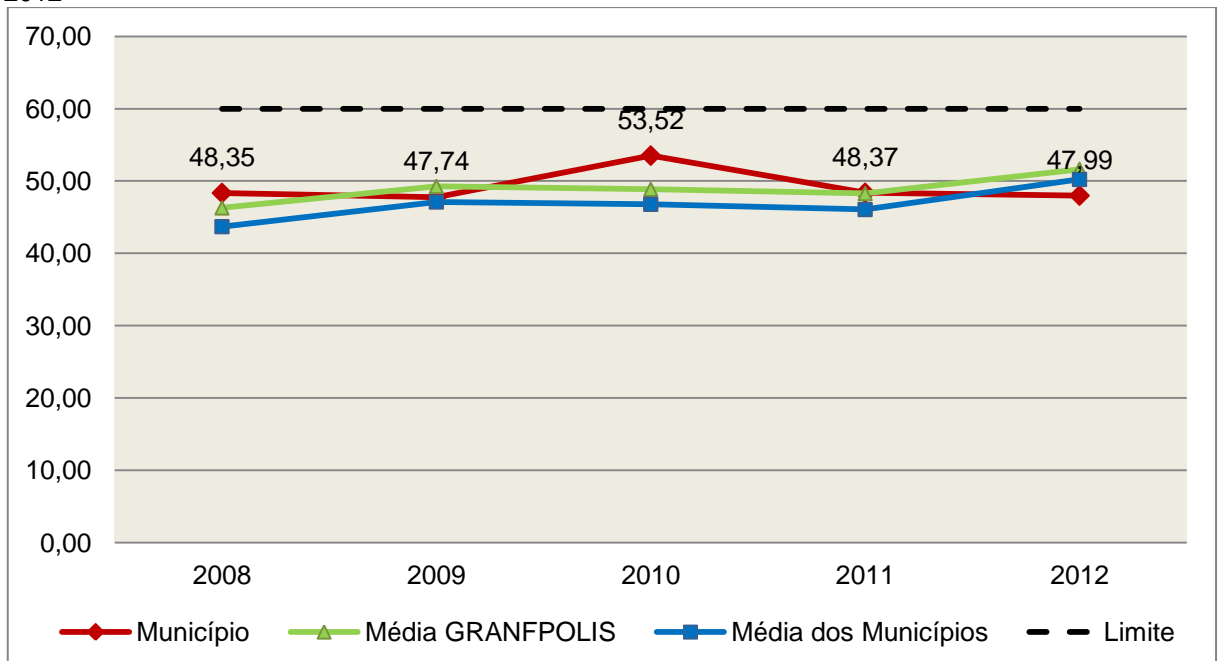
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.546.255,35	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.327.753,21	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.721.396,85	44,77
Pessoal e Encargos	4.721.396,85	44,77
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	339.364,34	3,22
Pessoal e Encargos	339.364,34	3,22
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	5.060.761,19	47,99
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.266.992,02	12,01

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **47,99%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Leoberto Leal, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2012

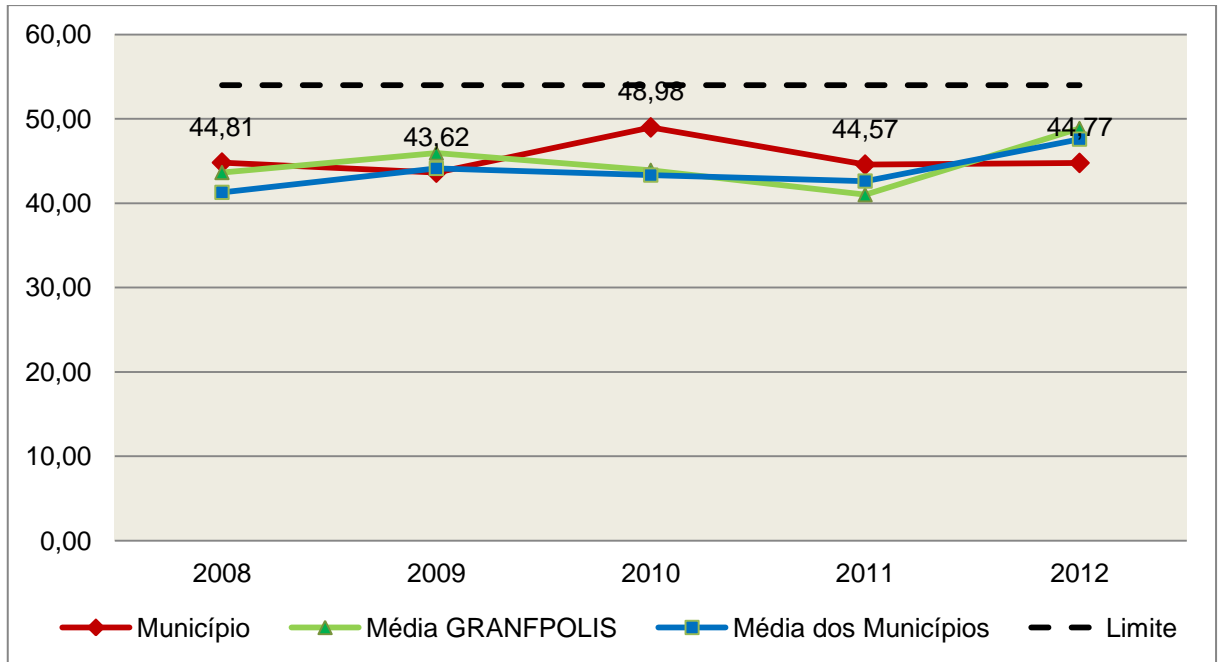
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.546.255,35	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.694.977,89	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.721.396,85	44,77
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.721.396,85	44,77
Valor Abaixo do Limite (54%)	973.581,04	9,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **44,77%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2012

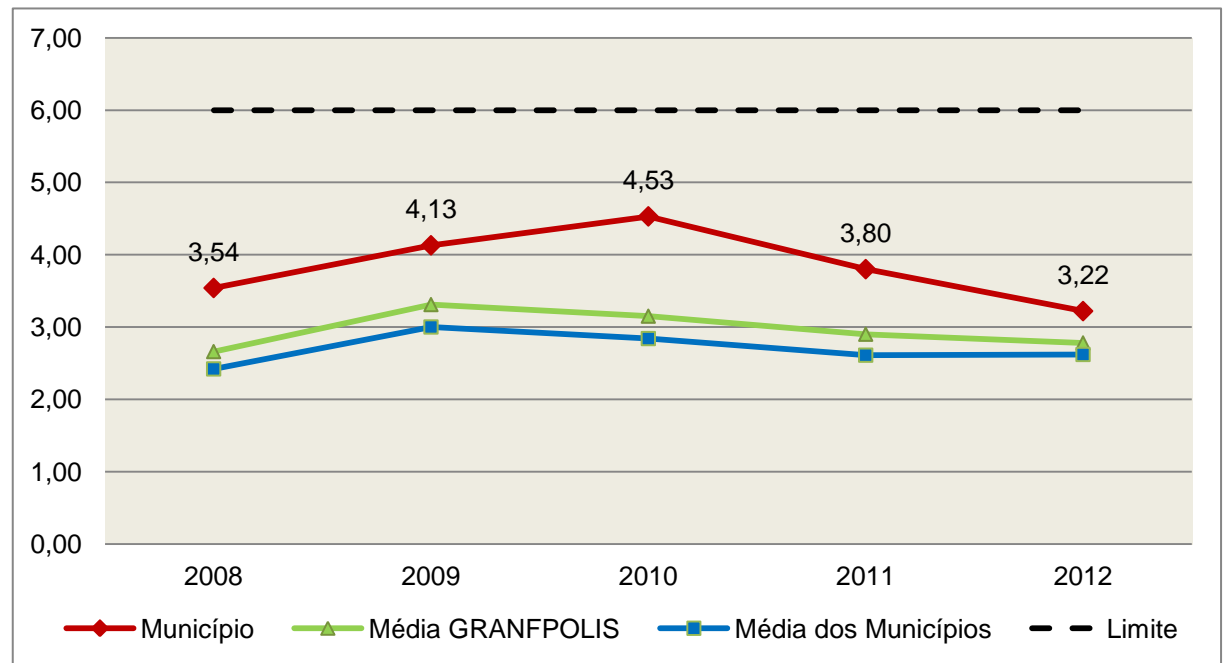
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	10.546.255,35	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	632.775,32	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	339.364,34	3,22
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	339.364,34	3,22
Valor Abaixo do Limite (6%)	293.410,98	2,78

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,22%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2008 – 2012



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da

Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Leoberto Leal, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 40.063,29) representa 0,50% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 7.978.356,37).

Além disso, conforme documentação acostada ao processo às fls. 101 a 149, verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 127 a 129;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, em consonância com o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 100,00% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, onde deste 92,72% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010.

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;

c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;

d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;

e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e

f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

a) previsão;

b) lançamento, quando for o caso; e

c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Leoberto Leal**, com base na população estimada quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor (População de 3.683 habitantes, IBGE – 2008), acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei inicia-se no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Leoberto Leal** não possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alerta-se que a partir do mês de maio de 2013 tornou-se obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e com o Decreto Federal nº 7.185/2010.

8. DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 42 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 42 dispõe que:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

Para fins de verificação do cumprimento do dispositivo legal antes mencionado, foi apurada a disponibilidade de caixa líquida por fonte de recursos, conforme metodologia da Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, que "aprova a 4ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)".

A Fonte de Recursos trata-se de mecanismo integrador entre a receita e a despesa, onde é atribuído um código que exerce duplo papel no processo orçamentário permitindo compatibilizar a execução orçamentária com as disponibilidades financeiras:

- a) na receita orçamentária: indica a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas;
- b) na despesa orçamentária: identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

Como processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação, pode ser classificada em:

c) destinação vinculada: são códigos que especificam a vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, de acordo com suas finalidades. Ex.: convênios e operações de crédito;

d) destinação ordinária: são códigos em que a alocação entre a origem e aplicação de recursos é livre. Ex.: receita de taxas e impostos.

Com base nesses conceitos, para verificar o cumprimento do art. 42 da LRF, aplicou-se no cálculo os seguintes critérios:

e) Para a disponibilidade de caixa: foram considerados os saldos por fonte de recursos das Contas Financeiras do Ativo Financeiro (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras) em 31/12/2012, os quais necessariamente devem ser aqueles utilizados para abertura do exercício seguinte.

No caso específico das contas do exercício de 2012, considerando a implementação de "conta corrente específica" no sistema e_sfinpe para discriminação das fontes a partir de 2013, foi efetuada conferência entre os dados de encerramento do exercício de 2012 e de abertura do exercício de 2013, utilizando-se sempre os valores de coincidência com o Ativo Financeiro.

Convém esclarecer que o controle das disponibilidades por especificações de fontes de recursos é realizado simultaneamente tanto no Sistema Financeiro como no Sistema Compensado, cujos saldos de disponibilidade de caixa devem ser iguais.

f) Obrigações Financeiras: considerou-se todas as despesas contraídas, por especificações de fontes de recursos, divididas em até o 1º quadrimestre de 2012 (despesas de exercícios anteriores e as contraídas até 30/04/2012) e as do 2º e 3º quadrimestres de 2012.

Ressalta-se que as despesas de exercícios anteriores e aquelas assumidas até 30/04/2012 já estão compromissadas para serem pagas, e conseqüentemente, devem ser consideradas para efeito de projeção de fluxo de caixa para verificação das disponibilidades financeiras ao final do mandato.

Neste sentido, esses compromissos interferem no comprometimento dos recursos financeiros quando do levantamento das disponibilidades de caixa para efeito da LRF. Assim, segundo a mesma, disponibilidade de caixa não é o valor financeiro existente em espécie na tesouraria ou nos bancos (componente do Ativo Financeiro), sendo pois o resultado entre esses saldos e as dívidas existentes registradas no Passivo Financeiro, além de outras despesas não contabilizadas, todas pendentes de pagamento. Este entendimento advém da redação do parágrafo único do artigo 42, o qual estabelece que "na

determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercícios".

As obrigações financeiras são compostas pelos seguintes itens:

1) Depósitos - total dos Depósitos em 31/12/2012, pertencentes a terceiros e resultantes de consignações, cauções e outros depósitos de diversas origens;

2) Despesas liquidadas e não pagas - total em 31/12/2012, divididas em até o 1º quadrimestre e 2º e 3º quadrimestres (tomando-se por base a dada da emissão do empenho), as quais referem-se a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

3) Despesas empenhadas e não liquidadas de exercícios anteriores - saldo em 31/12/2012 das despesas empenhadas e não liquidadas de anos anteriores, referentes a obrigações a pagar com fornecedores, convênios, precatórios, pessoal, encargos sociais, provisões diversas, benefícios diversos e débitos diversos.

4) Outras obrigações financeiras - total em 31/12/2012, relativos as operações realizadas com terceiros, independentes da execução orçamentária e são constituídas dos grupos de contas de Serviço da Dívida a Pagar, Outras Obrigações a Curto Prazo, Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e Valores Pendentes a Curto Prazo, evidenciadas no Balanço Patrimonial - Passivo Financeiro.

Com relação aos ajustes das disponibilidades de caixa e das obrigações financeiras, foram utilizadas as seguintes fontes de informações: auditorias; respostas dos ofícios circulares n.º 7.020/2013, 7.021/2013 e 7.022/2013; dados encaminhados via Sistema e-Sfinge e demais análises técnicas subsidiadas em Diligências, Denúncias e Representações.

Informa-se que na verificação do cumprimento do artigo 42 da LRF não serão consideradas as disponibilidades de caixa e conseqüentemente as obrigações financeiras das Câmaras Municipais, dos Regimes Próprios de Previdência Social e dos Fundos de Assistência à Saúde do Servidor.

No tocante ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquias e Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação as obrigações financeiras.

Considerando as ponderações da instrução no Capítulo 1.2, deste Relatório, utilizou-se como base das informações para a apuração da Disponibilidade de caixa bruta, por especificações de fontes de recursos, os dados encaminhados via Sistema e-Sfinge do Sistema Compensado.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada no Município de **Leoberto Leal**, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 20 - Apuração do cumprimento do art. 42 da LRF (em Reais)

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
RECURSOS VINCULADOS		
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	6,12	Cumpriu
17 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	6.303,37	Cumpriu
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica) - R\$ 29.199,25	29.303,21	Cumpriu
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 103,96		
22 - Transferências de Convênios - Educação	97.221,52	Cumpriu
23 - Transferências de Convênios - Saúde	0,00	Cumpriu
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	191.239,21	Cumpriu
43 - Outras Especificações	0,00	Cumpriu
44 - Fundo Especial do Petróleo	3.676,55	Cumpriu
52 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social	46.697,71	Cumpriu
54 - Convênio Trânsito - Militar	1.126,00	Cumpriu
55 - Convênio Trânsito - Civil	203,56	Cumpriu
56 - Convênio Trânsito - Prefeitura	1.233,44	Cumpriu
58 - Salário Educação	39.048,24	Cumpriu
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	5.699,52	Cumpriu
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	4.153,48	Cumpriu
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	1.897,32	Cumpriu
63 - Bolsa Família	1.953,42	Cumpriu
64 - Atenção Básica	86.152,89	Cumpriu
66 - Vigilância em Saúde	22.035,06	Cumpriu
67 - Assistência Farmacêutica Básica	87.399,30	Cumpriu
70 - Gestão SUS	12.060,88	Cumpriu
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	122,42	Cumpriu
RECURSOS ORDINÁRIOS		
00 - Recursos Ordinários	169.980,94	
01- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	7.262,85	

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Cumpriu / Não Cumpriu
02 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-31.460,23	
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	145.783,56	Cumpriu

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge, de auditorias e resposta de ofícios.

Portanto, conforme demonstrativo anterior (Quadro 20), verificou-se que o Poder Executivo do Município de LEOBERTO LEAL não contraiu obrigações de despesa sem disponibilidade de caixa, tanto com RECURSOS ORDINÁRIOS como com VINCULADOS, restando evidenciado o cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

9. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2012

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Demonstra adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial, não apresentando divergências relevantes entre as peças que o compõem.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 326.924,23
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 430.292,77
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	22,19%
4.2) Ensino	25,00%	27,18%
4.3) FUNDEB	60,00%	77,80%
	95,00%	96,93%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	47,99%
b) Poder Executivo	54,00%	44,77%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,22%
4.5) Art. 42 da L.C. 101/00	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2012 do Município de Leoberto Leal**.

Em face da constatação da inexistência de Restrições de Ordem Constitucional, Legal e Regulamentar, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade mencionada no Capítulo 6 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências em relação ao apontado no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010 em face da obrigatoriedade de atendimento destes dispositivos legais a partir de maio de 2013;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 12/11/2013.

JULIO CESAR DE MELO
Auditor Fiscal de Controle Externo

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 12/11/2013.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

Encaminhem-se os autos ao MPjTC para a necessária manifestação.

Kliwer Schmitt
Diretor
Diretoria de Controle dos Municípios

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	858.056,07
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.683,46
Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	5.997,62
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	866.737,15

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	326.349,22
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	4.854,19
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	309,37
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	362.453,72
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	6.222,33
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise	1.248,63
Total das deduções das despesas com Educação Básica	701.437,46

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2012	301	269.386,57	269.386,57	269.386,57
64 - Atenção Básica	2012	301	474.765,25	458.692,83	458.692,83
66 - Vigilância em Saúde	2012	304	2.587,69	2.587,69	2.587,69
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2012	301	64.881,76	59.153,21	59.153,21
70 - Gestão SUS	2012	301	7.378,23	7.153,23	7.153,23
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2012	301	39.056,57	39.056,57	39.056,57
TOTAL			858.056,07	836.030,10	836.030,10

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	148	09/02/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	19,50	19,50	19,50	DESPESA EMPENHADA NA COMPRA DE 02 LITROS DE SUCO DE FRUTAS NATURAL, SABORES DIVERSOS E 02 REFRIGERANTE COCA COLA 2 LITROS. P/ SERVIR DE LANCHE EM REUNIÃO COM O GRUPO DE GESTANTES A SE REALIZAR NO DIA 09/02/2012. CONF. C.I. 030/2012 E AUT. FORN. 59/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	674	27/06/2012	BRASIL ASSESSORIA CONTABIL GOVERNAMENTAL	1.500,00	1.500,00	1.500,00	DESPESA EMPENHADA COM SERVIÇO DE ANÁLISE, AJUSTES E CORREÇÕES DOS SALDOS CONTÁBEIS DAS FONTES DE RECURSOS ATÉ 22/06/2012 BEM COMO TREINAMENTO DE PESSOAL SOBRE OPERACIONALIZAÇÃO DESTAS FONTES NO SISTEMA DE CONTABILIDADE. CONF. AUT. FORN. 276/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	729	23/07/2012	DEINFRA - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA	85,12	85,12	85,12	DESPESA EMPENHADA COM PAGTO DE 01 MULTA DE TRÂNSITO AMBULANCIA IVECO/DAILYGF RONTAN AMB PLACA: MHN-1749 (RENAVAM: 193308231), EM AURORA/SC, EM 29/07/2011, NA ROD. SC302, KM 287,5 - SENTIDO ITUPORANGA-RIO DO SUL. INFRAÇÃO POR TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MÁXIMA PERMITIDA EM ATÉ 20%. CONF. DOC. ANEXO. (COD. CONVENIO 603684).
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	986	08/11/2012	DESPACHANTE E OFICINA SILVA	70,00	70,00	70,00	DESPESA EMPENHADA C/ 02 SERVIÇO DE DESPACHANTE P/ LICENCIAMENTO ANUAL JUNTO AO DETRAN/SC EXERCÍCIO DE 2011 E 2012 DO VEÍCULO AMBULANCIA IVECO UTI MOVEL PLACA: MHN-1749 DO FMS. CONF. AUT. FORN. 445/2012. ANEXA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Leal	Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	257	09/03/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	211,98	211,98	211,98	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 04 BOLO ROCAMBOLE SABORES: SONHO DE VALSA, CHOCOLATE BRANCO, PRETO, CROCANTE E PRESTIGIO C/ 1 KG CADA. 04 CUCA RECHEADA SABOR FRUTAS VARIADAS C/ 2KG E 70 PASTEL FRITO DE CARNE. P/ OS LANCHES NOS ENCONTROS DO GRUPO DE GESTANTES E DA EQUIPE DE ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA -ESF NO DIA 09/03/2012. CONF. C.I.062/2012 E AUT. FORN. 105/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	259	09/03/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	40,00	40,00	40,00	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 08 REFRIGERANTES COCA COLA 02 LITROS. P/ SERVIR NO ENCONTROS DE GESTANTES E DA EQUIPE DE ESTRATEGIA DE SAUDE DA FAMILIA-ESF NO DIA 09/03/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	324	23/03/2012	DESPACHANTE E OFICINA SILVA	236,00	236,00	236,00	DESPEZA EMPENHADA COM 02 SERVIÇO DE DESPACHANTE. P/ O PRIMEIRO EMPLACAMENTO JUNTO AO DETRAN/SC DOS VEICULOS FIAT UNO MILLE ECONOMY E VAN SPLINTER M. BENZ, ANO 2012. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. CONF. AUT. FORN. 130/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	365	02/04/2012	PAULO SÉRGIO DE CAMPOS	104,16	104,16	104,16	DESPEZA EMPENHADA COM 01 DIÁRIA PARA VIAGEM DIAS 03 E 04/04/2012 A FLORIANOPOLIS/SC, P/ PARTICIPAR DE CURSO BASICO DE REGULARIZAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA NA SEC. ESTADUAL DA SAUDE. CONF. C.I.85/2012 E ROTEIRO DE VIAGEM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	380	05/04/2012	PAULO SÉRGIO DE CAMPOS	208,32	208,32	208,32	DESPEZA EMPENHADA COM 02 DIÁRIA PARA VIAGEM NOS DIAS 10,11 E 12/04/2012 A FLORIANOPOLIS/SC, P/ PARTICIPAR DE UM CURSO DE REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA. CONF. C.I.089/2012 E ROTEIRO DE VIAGEM ANEXO.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	549	23/05/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	143,59	143,59	143,59	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 3,84 KG DE BOLO CUCA PORT. 1,51 KG BOLO CUCA PORTUGUESA CHOCOLATE, 1,15 BOLO DE LARANJA E OUTROS. P/ USO NA REUNIÃO DE TRABALHO COM OS AGENTES COMUN. DE SAUDE NO DIA 24/05/2012 E ENCONTRO C/ GESTANTES NO DIA 25/05/2012. CONF. C.I. 107/2102 E AUT. FORN. 221/2012. ANEXA.
Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1008	22/11/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	64,79	64,79	64,79	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 3 KG DE BOLO DE CENOURA C/ COBERTURA DE CHOCOLATE, 0,972 KG DE CUCA DE MORANGO, 0,872 KG DE CUCA DE CHOCOLATE, 2,121 KG DE BOLO MESCLADO E OUTROS. P/ SERVIR DE LANCHE NO ENCONTRO DAS GESTANTES NO DIA 22/11/2012 E REUNIÃO DOS AGENTES DE SAÚDE NO DIA 23/11/2012, REALIZADO PELOS PROFISSIONAIS DA SEC. DA SAÚDE. CONF. C.I. 194/2012 E AUT. FORN. 465/2012. ANEXA.
TOTAL						2.683,46	2.683,46	2.683,46	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2012	365	306.394,57	244.785,32	244.785,32
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2012	365	995,95	995,95	995,95
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2012	365	9.748,54	9.748,54	9.748,54
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	365	9.210,16	9.210,16	9.210,16
TOTAIS			326.349,22	264.739,97	264.739,97

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	00 - Recursos Ordinários	365	316	01/02/2012	SUPERMERCADO PLEBANI LTDA	1.981,45	1.981,45	1.981,45	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 25 CX BISCOITO DOCE C/ 800GR, 25 PCT BOLACHA TIPO CREAM CRACKER 400GR, 20 KG CARNE BOVINA MOÍDA E OUTROS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DOS PRÉ ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL. CONF. C.I. 12/2012 E AUT. FORN. 141/2012 ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	00 - Recursos Ordinários	365	1601	18/06/2012	SUPERMERCADO PLEBANI LTDA	265,68	265,68	265,68	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 36 KG DE PÃO FRANCES, PESO UNITARIO DE 50 GRAMAS. PRODUTO C/ DIAMETRO PADRÃO, BOA APARENCIA, INTEIRO, FIRME E COM ASPECTO CROCANTE. P/ OS ALUNOS DOS PRÉ-ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONF. C.I. 99/2012 E AUT. FORN. 841/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2677	29/11/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	906,00	906,00	906,00	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 18 KG DE BOLO RECHEADO C/ CHOCOLATE E MORANGO E 600 SALGADINHOS TAM. MÉDIO (BOLINHO DE CARNE, PASTEL E COXINHA), P/ A SOLENIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO PRÉ ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE L. LEAL. CONF. C.I. 180/2012 E AUT. FORN. 1323/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	00 - Recursos Ordinários	365	2204	03/09/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	486,00	486,00	486,00	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 360 SANDUICHES CONTENDO UM PÃO FRANCES DE 50 GR, UMA FATIA DE QUEIJO PRATO E UMA FATIA DE MORTADELA SEM TOUCINHO. P/ SERVIR DE LANCHE AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, APÓS O DESFILE CÍVICO A REALIZAR-SE NO DIA 07/09/2012 NO MUNICÍPIO DE L. LEAL. CONF. C.I. 151/2012 E AUT. FORN. 1103/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de	00 - Recursos Ordinários	365	2205	03/09/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	258,40	258,40	258,40	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 68 LITROS DE SUCO NATURAL - SABORES DIVERSOS EM EMBALAGEM TETRA PACK DE 01 LITRO. P/



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Leoberto Leal									SERVIR DE LANCHE AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, APÓS O DESFILE CÍVICO A REALIZAR-SE NO DIA 07/09/2012 NO MUNICÍPIO DE L. LEAL. CONF. C.I. 151/2012 AUT. FORN. 1104/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	00 - Recursos Ordinários	365	2206	03/09/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	13,60	13,60	13,60	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA 04 PCT DE COPO PLASTICO BRANCO 180 ML - CONTENDO 100 UNIDADES. P/ SERVIR O LANCHE AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, APÓS O DESFILE CÍVICO A REALIZAR-SE NO DIA 07/09/2012 NO MUNICÍPIO DE L. LEAL. CONF. C.I. 151/2012 AUT. FORN. 1105/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	00 - Recursos Ordinários	365	2348	24/09/2012	SUPERMERCADO PLEBANI LTDA	707,46	707,46	707,46	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 04 CX BISCOITO DOCE, 10 PCT BOLACHA TIPO CASEIRA - VARIOS SABORES C/ 250 GR, 10 KG COXA C/ SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA SEM TEMPERO C/ 1KG CADA E OUTROS. P/ ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONF. C.I. 160/2012 E AUT. FORN. 1176/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2678	29/11/2012	PADARIA VÓ RUTH LTDA	235,60	235,60	235,60	DESPEZA EMPENHADA NA COMPRA DE 62 LITROS DE SUCO DE FRUTA NATURAL SABORES DIVERSOS EM EMBALAGEM TETRA PACK DE 01 LITRO. P/ A SOLENIDADE DE FORMATURA DOS ALUNOS DO PRÉ ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE L. LEAL. CONF. C.I. 180/2012 E AUT. FORN. 1324/2012. ANEXA.
TOTAL						4.854,19	4.854,19	4.854,19	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2012	361	252.954,61	252.954,61	252.954,61
58 - Salário Educação	2012	361	55.460,76	54.808,72	54.808,72
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2012	361	1.203,49	1.203,49	1.203,49
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2012	361	52.834,86	52.834,86	52.834,86
TOTAL			362.453,72	361.801,68	361.801,68

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	493	23/02/2012	CLERISON BESCHINOCK ME - DIGITAL ART	4.095,03	4.095,03	4.095,03	DESPESA EMPENHADA NA COMPRA DE 250 UN MALOTES COR PRETA PERSONALIZADOS COM AS CORES DO MUNICÍPIO. VERDE, AMARELO, VERMELHO, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO E FORMATO. 27.5 X 36 X 4. 250 NECESSAIRES COR PRETA, PERSONALIZADA COM CORES E BRASÃO DO MUNICÍPIO E 750 SACOLA PLASTICA PERSONALIZADA GRAVAÇÃO EM SERIGRAFIA COM 04 CORES. P/ DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONF. AUT. FORN. 266/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1997	02/08/2012	ELIZIANA ESTEVAO ALVES	198,00	198,00	198,00	ADIANTAMENTO DA DESPESA EFETUADO A CREDORA ACIMA, PARA CUSTEAR DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E OUTROS, DO GRUPO DE DANÇA DE NOSSO MUNICÍPIO QUE IRÁ A CIDADE DE ITUPORANGA NO DIA 02/08/2012, PARTICIPAR DE UM ENSAIO DE PALVO P/ O FESTIVAL MÁRIO DE ANDRADE. ADIANTAMENTO P/ POSTERIOR PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONF. DETERMINA A LEGISLAÇÃO, C.I. 132/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2018	07/08/2012	JOÃO OLÍVIO DOS SANTOS CAVALHEIRO	600,00	600,00	600,00	DESPESA EMPENHADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE FANFARRA P/ ORGANIZAR, TREINAR E ENSINAR ESTUDANTES QUE COMPÕE A FANFARRA MUNICIPAL DE L. LEAL, NO PERÍODO DE 03/08/2012 A 07/09/2012. CONF. CONTRATO N. 057/2012 ANEXO.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2058	10/08/2012	DIGITAL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA	34,80	34,80	34,80	DESPESA EMPENHADA NA COMPRA DE 06 BAQUETAS P/ SURDO P. MADEIRA, P/ COMPOR A FANFARRA MUNICIPAL QUE IRÁ SE APRESENTAR NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2012 NO DESFILE CIVICO EM L. LEAL. CONF. C.I. 138/2012 E AUT. FORN. 1044/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2217	04/09/2012	DISTRIBUIDORA PLEBANI LTDA - ME	126,00	126,00	126,00	DESPESA EMPENHADA NA COMPRA DE 72 AGUA MINERAL SEM GÁS 1.5 LITROS. P/ DISPONIBILIZAÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE ESTARÃO MARCHANDO NO DESFILE CÍVICO DE 07 DE SETEMBRO DE 2012. CONF. C.I. 154/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	805	20/03/2012	WR DEMETRIO COMÉRCIO DE DOCES LTDA - ME	697,50	697,50	697,50	DESPESA EMPENHADA NA COMPRA DE 450 CESTAS DE PASCOA CONTENDO PIPOCA, ARROZ DOCE, CHOCOLATES, BALAS, TORRONES E GELADINHO. P/ DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DAS SERIES INICIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONF. C.I. 38/2012 E AUT. FORN. 429/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	361	2218	04/09/2012	ARNI JOÃO DE OLIVEIRA	340,00	340,00	340,00	DESPESA EMPENHADA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 02 HORAS P/ SONORIZAÇÃO DURANTE AS HOMENAGENS EEM COMEMORAÇÃO A INDEPENDENCIA DO BRASIL, A SE REALIZAR NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2012, NO CENTRO DO MUNICÍPIO. CONF. C.I. 155/2012 E AUT. FORN.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
	Educação								1122/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2420	18/10/2012	CILENI REGINA GONÇALVES DA CUNHA	20,00	20,00	20,00	ADIANTAMENTO DA DESPESA EFETUADO A CREDORA ACIMA, PARA CUSTEAR DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E OUTROS DO GRUPO DE DANÇA DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL QUE IRÁ A CIDADE DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC PARTICIPAR DA ETAPA ESTADUAL DO FESTIVAL DE DANÇA MÁRIO DE ANDRADE NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2012. ADIANTAMENTO P/ POSTERIOR PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONF. DETERMINA A LEGISLAÇÃO, DOC. C.I. 169/2012. ANEXA.
Prefeitura Municipal de Leoberto Leal	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2662	29/11/2012	CILENI REGINA GONÇALVES DA CUNHA	111,00	111,00	111,00	ADIANTAMENTO DA DESPESA EFETUADO A CREDORA ACIMA, PARA CUSTEAR DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO E OUTROS, A SER UTILIZADO COM OS GRUPOS DE DANÇA DE NOSSO MUNICÍPIO QUE IRÃO A CIDADE DE PETROLÂNDIA NO DIA 01/12/2012 PARTICIPAR DA MOSTRA DE DANÇA. ADIANTAMENTO P/ POSTERIOR PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONF. DETERMINA A LEGISLAÇÃO, DOC. C.I. 183/2012. ANEXA.
TOTAL						6.222,33	6.222,33	6.222,33	

Cálculo detalhado por Fonte de Recursos da apuração do cumprimento do art. 42 da LRF:

FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA				OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)								DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)	Cumprido / Não Cumprido
	VALOR REGISTRADO	AJUSTES		VALOR AJUSTADO (A)	Depósitos e Outras Obrigações	Restos a Pagar Processados		Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores	Despesas Liquidadas em 2012					
		Aumenta	Diminui			De Exercícios anteriores até o 1º Quadrimestre	2º e 3º Quadrimestres		Não Empenhadas	Inscritas em RP Não Processados	Empenhadas e CANCELADAS			
RECURSOS VINCULADOS														
16	6,12	0,00	0,00	6,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,12	Cumprido
17	6.303,37	0,00	0,00	6.303,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.303,37	Cumprido
18	29.199,25	0,00	0,00	29.199,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.199,25	Cumprido
19	103,96	0,00	0,00	103,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103,96	Cumprido
22	97.221,52	0,00	0,00	97.221,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.221,52	Cumprido
23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cumprido
24	191.239,21	0,00	0,00	191.239,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.239,21	Cumprido
43	7.485,46	0,00	0,00	7.485,46	7.485,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Cumprido
44	3.676,55	0,00	0,00	3.676,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.676,55	Cumprido
52	46.697,71	0,00	0,00	46.697,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.697,71	Cumprido
54	1.126,00	0,00	0,00	1.126,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.126,00	Cumprido
55	203,56	0,00	0,00	203,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203,56	Cumprido
56	1.233,44	0,00	0,00	1.233,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.233,44	Cumprido
58	39.048,24	0,00	0,00	39.048,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.048,24	Cumprido
59	5.699,52	0,00	0,00	5.699,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.699,52	Cumprido
60	4.153,48	0,00	0,00	4.153,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.153,48	Cumprido
61	1.897,32	0,00	0,00	1.897,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.897,32	Cumprido
63	1.953,42	0,00	0,00	1.953,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.953,42	Cumprido
64	87.144,34	0,00	0,00	87.144,34	0,00	991,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.152,89	Cumprido
66	22.035,06	0,00	0,00	22.035,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.035,06	Cumprido
67	87.399,30	0,00	0,00	87.399,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.399,30	Cumprido
70	12.060,88	0,00	0,00	12.060,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.060,88	Cumprido
88	122,42	0,00	0,00	122,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122,42	Cumprido
RECURSOS ORDINÁRIOS														
0	170.370,94	0,00	0,00	170.370,94	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.980,94	
1	7.262,85	0,00	0,00	7.262,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.262,85	
2	-31.460,23	0,00	0,00	-31.460,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-31.460,23	
T.	146.173,56	0,00	0,00	146.173,56	0,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.783,56	Cumprido

Obs.: apuração pelo Sistema Compensado da Disponibilidade de Caixa, por Destinação das Fontes de Recursos.